

Potiguar Sul  
Transmissão de  
Energia S.A.

**Demonstrações Financeiras em  
31 de dezembro de 2019**



KPMG Auditores Independentes

Av. Coronel Silva Teles, 977, 10º andar, Conjuntos 111 e 112 - Cambuí

Edifício Dahruj Tower

13024-001 - Campinas/SP - Brasil

Caixa Postal 737 - CEP: 13012-970 - Campinas/SP - Brasil

Telefone +55 (19) 3198-6000

kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Diretores da  
Potiguar Sul Transmissão de Energia S.A.  
Campinas - SP

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Potiguar Sul Transmissão de Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Potiguar Sul Transmissão de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as [práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 16 de abril de 2020

KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP-027612/F



Thiago Rodrigues de Oliveira  
Contador CRC 1SP259468/O-7



# POTIGUAR SUL TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

## Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2019



## SUMÁRIO

BALANÇOS PATRIMONIAIS .....	3
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO .....	5
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE .....	6
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO .....	7
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA .....	8
1. CONTEXTO OPERACIONAL.....	9
2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	9
3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA .....	14
4. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS .....	15
5. CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO (ATIVO CONTRATUAL) .....	16
6. FORNECEDORES .....	16
7. ENCARGOS SETORIAIS.....	16
8. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES CORRENTES E DIFERIDOS .....	17
9. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER.....	17
10. PROVISÕES E DEPÓSITOS JUDICIAIS.....	18
11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO .....	18
12. RECEITA LÍQUIDA.....	20
13. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS .....	20
14. RESULTADO FINANCEIRO .....	21
15. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.....	21
16. REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO .....	22
17. GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS .....	22
18. ESTIMATIVA DO VALOR JUSTO.....	24
19. SEGUROS.....	24
20. EVENTOS SUBSEQUENTES.....	25

## POTIGUAR SUL TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

### BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
<b>Ativo</b>			
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	7.041	11.141
Contas a receber de clientes e outros	5	2.704	1.913
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		35	52
Outros tributos a recuperar		10	725
Despesas pagas antecipadamente		73	-
Concessão do serviço público (ativo contratual)	6	23.384	22.496
Outros ativos		5	216
<b>Total do circulante</b>		<b>33.252</b>	<b>36.543</b>
<b>Não circulante</b>			
Outros tributos a recuperar		369	369
Depósitos judiciais	11	9.519	8.589
Concessão do serviço público (ativo contratual)	6	275.986	271.030
<b>Total do não circulante</b>		<b>285.874</b>	<b>279.988</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>319.126</b>	<b>316.531</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## POTIGUAR SUL TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

### BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>			
Fornecedores	7	9.604	13.053
Encargos setoriais	8	35	33
Imposto de renda e contribuição social a recolher	10.1	236	218
Outros tributos a recolher	10.2	600	2.614
Dividendos e juros sobre capital próprio	12	11.102	20.964
Outros passivos		148	119
<b>Total do circulante</b>		<b>21.725</b>	<b>37.001</b>
<b>Não circulante</b>			
Encargos setoriais	8	122	209
Impostos e contribuições sociais diferidos	9	9.221	9.041
Provisões	11	21.669	10.379
Outros passivos		103	86
<b>Total do não circulante</b>		<b>31.115</b>	<b>19.715</b>
<b>Patrimônio líquido</b>	12		
Capital social		107.036	107.006
Reservas de capital		109.456	115.586
Reservas de lucro		43.709	37.223
Proposta de distribuição de dividendos adicionais		6.085	-
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>266.286</b>	<b>259.815</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>319.126</b>	<b>316.531</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



## POTIGUAR SUL TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

### DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	<u>Notas</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
<b>Receita líquida</b>	<b>13</b>	<b>31.965</b>	<b>25.583</b>
<b>Custos dos serviços</b>		<b>(3.299)</b>	<b>(5.219)</b>
Custos de operação	14	(3.299)	(5.219)
<b>Lucro bruto</b>		<b>28.666</b>	<b>20.364</b>
Provisão para perda esperada de créditos de liquidação duvidosa		(6)	(116)
Despesas gerais e administrativas	14	(6.151)	(3.195)
<b>Lucro operacional</b>		<b>22.509</b>	<b>17.053</b>
Receitas financeiras	15	1.064	1.133
Despesas financeiras	15	(5.820)	(959)
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>17.753</b>	<b>17.227</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>		<b>(1.267)</b>	<b>(1.282)</b>
Corrente	9	(1.087)	(1.094)
Diferido	9	(180)	(188)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>16.486</b>	<b>15.945</b>
<b>Lucro básico e diluído por ação do capital – R\$:</b>			
Ordinária		0,0708	0,0685

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**POTIGUAR SUL TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.**

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais)

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
<b>Lucro líquido do exercício</b>	16.486	15.945
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<u><b>16.486</b></u>	<u><b>15.945</b></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

POTIGUAR SUL TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

	Reserva de Lucros							Lucros acumulados	Total
	Capital social	Reservas de capital	Reserva legal	Reserva de lucro a realizar	Reserva de retenção de lucros	Reserva especial de dividendos obrigatórios não distribuídos	Proposta de distribuição de dividendos adicionais		
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2018</b>	<b>106.989</b>	<b>126.009</b>	<b>2.559</b>	<b>2.881</b>	<b>11.265</b>	-	<b>17.338</b>	-	<b>267.041</b>
Aumento de capital	17	1.668	-	-	-	-	-	-	1.685
Resgates de ações	-	(12.091)	-	-	-	-	-	-	(12.091)
Aplicação inicial CPC 47	-	-	-	-	-	-	-	8.281	8.281
Aplicação inicial CPC 48	-	-	-	-	-	-	-	(32)	(32)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	15.945	15.945
Destinações:									
Reserva legal	-	-	1.209	-	-	-	-	(1.209)	-
Reserva de lucros a realizar	-	-	-	19.309	-	-	-	(19.309)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	-	(3.676)	(3.676)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	-	(17.338)	-	(17.338)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>107.006</b>	<b>115.586</b>	<b>3.768</b>	<b>22.190</b>	<b>11.265</b>	-	-	-	<b>259.815</b>
Aumento de capital	30	3.090	-	-	-	-	-	-	3.120
Resgates de ações	-	(9.220)	-	-	-	-	-	-	(9.220)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	16.486	16.826
Destinações:									
Reserva legal	-	-	824	-	-	-	-	(824)	-
Reserva especial de dividendos	-	-	-	-	-	5.662	-	(5.662)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	-	(3.915)	(3.915)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	-	6.085	(6.085)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>107.036</b>	<b>109.456</b>	<b>4.592</b>	<b>22.190</b>	<b>11.265</b>	<b>5.662</b>	<b>6.085</b>	-	<b>266.286</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## POTIGUAR SUL TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

### DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

	<u>2019</u>	<u>2018</u> (reapresentado)
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>16.486</b>	<b>15.945</b>
<b>Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais</b>		
Imposto de renda e contribuição social	1.267	1.282
Perdas por redução esperada de créditos de liquidação duvidosa	6	116
Provisão para contingências cíveis	5.789	2.813
Atualização das provisões para contingências	5.501	939
Outras provisões e atualizações	(549)	(381)
	<b>28.500</b>	<b>20.714</b>
<b>(Aumento) redução de ativos operacionais</b>		
Contas a receber de clientes e outros	(797)	368
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	17	52
Outros tributos a recuperar	715	(57)
Depósitos judiciais	(381)	(1.480)
Despesas pagas antecipadamente	(73)	-
Concessão serviço público (ativo contratual)	(5.844)	(6.118)
Outros ativos	211	(216)
	<b>(6.152)</b>	<b>(7.451)</b>
<b>Aumento (redução) de passivos operacionais</b>		
Fornecedores	(3.449)	2.621
Encargos setoriais	(85)	97
Imposto de renda e contribuição social a recolher	(439)	(473)
Impostos de renda e contribuição social sobre o lucro líquido pagos	(630)	(592)
Outros tributos a recolher	(2.014)	40
Outros passivos	46	80
	<b>(6.571)</b>	<b>1.773</b>
<b>Caixa oriundo das nas atividades operacionais</b>	<b>15.777</b>	<b>15.036</b>
<b>Atividades de financiamento</b>		
Aumento de capital	3.120	1.685
Resgate de ações	(9.220)	(12.091)
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	(13.777)	(14.280)
<b>Utilização de caixa em atividades de financiamento</b>	<b>(19.877)</b>	<b>(24.686)</b>
<b>Redução no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(4.100)</b>	<b>(9.650)</b>
Caixa e equivalentes no início do exercício	11.141	20.791
Caixa e equivalentes no final do exercício	7.041	11.141
<b>Varição líquida de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(4.100)</b>	<b>(9.650)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## POTIGUAR SUL TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

#### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

Constituída em 13 de agosto de 2013, a Potiguar Sul Transmissão de Energia S.A. (“Companhia” ou “Potiguar Sul”), é uma sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da NC Energia S.A. e integrante do Grupo Neoenergia que tem por objeto social principal estudar, planejar, projetar, construir, operar e manter sistemas de transmissão de energia elétrica.

A Companhia possui sede e foro na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Em 10 de maio de 2013, a Companhia venceu o leilão ANEEL 001/2013 adquirindo o direito de construir e instalar duas entradas de linhas nas subestações Campina Grande III e Ceará-Mirim II e o segundo circuito da linha de transmissão em 500 kV que interliga estas subestações. As instalações se localizam nos Estados da Paraíba e Rio Grande no Norte e a linha possui cerca de 190 km de extensão. O prazo de concessão é de 30 anos e os investimentos realizados foram de R\$ 185.800.

A licença de operação foi emitida pelo IBAMA em 4 de novembro de 2016 e as instalações foram energizadas em 7 de novembro de 2016, passando a ter direito à remuneração a partir desta data.

A Receita Anual Permitida (RAP), conforme Resolução Homologatória nº 2.565, de 25 de junho de 2019, é de R\$ 25.773 para o período 2019/2020. Para o período 2018/2019 a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) homologou uma RAP de R\$ 25.350 para a Companhia, excluído PIS/ COFINS referente aos respectivos períodos.

#### 2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

##### 2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade às normas internacionais de contabilidade (“IFRS” – *Internacional Financial Reporting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, e as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela administração da Companhia em 2 de abril de 2020.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

##### 2.2. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo.

##### 2.3. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando como base o custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido nas normas. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota explicativa 19 – Estimativa do Valor Justo.

## POTIGUAR SUL TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

#### 2.4. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou, julgamentos e, estimativas, que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas continuamente. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem:

- (i) critério de apuração e remuneração do ativo contratual; vide nota explicativa 6;
- (ii) critério de atualização do passivo fiscal diferido, vide nota explicativa 9;
- (iii) a análise do risco de crédito para determinação da provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa; vide nota explicativa 5;
- (iv) definição do valor justo através de técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado, para ativos e passivos financeiros não obtidos em mercados ativos, vide nota explicativa 19;
- (v) reconhecimento de provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios, por meio da avaliação da probabilidade de perda que inclui avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos, vide nota explicativa 11;

#### 2.5. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis adotadas pela Companhia estão descritas a seguir:

##### a) Instrumentos financeiros

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados, de acordo com as seguintes categorias:

##### (i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são geralmente classificados como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue:

- Custo amortizado: ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais;
- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda, bem como investimentos em instrumentos patrimoniais não mantidos para negociação nem contraprestação contingente, que no reconhecimento inicial, a companhia elegeu de forma irrevogável por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes; e

## POTIGUAR SUL TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

- Valor justo por meio do resultado: todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos.

#### (ii) Provisão para perdas esperada de créditos de liquidação duvidosa (“PPECLD”)

As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, incluindo recebíveis de arrendamentos mercantis, bem como aqueles mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

A Companhia reconhece perdas de crédito esperadas para contas a receber de clientes de curto prazo por meio da utilização de matriz de provisões baseada na experiência de perda de crédito histórica não ajustada, quando tal informação representa a melhor informação razoável e sustentável, ou, ajustada, com base em dados observáveis atuais para refletir os efeitos das condições atuais e futuras desde que tais dados estejam disponíveis sem custo ou esforços excessivos.

Em geral, para os demais instrumentos financeiros, a Companhia reconhece provisão por valor equivalente à perda de crédito esperada para 12 meses, entretanto, quando o risco de crédito do instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, a provisão é reconhecida por valor equivalente à perda de crédito esperada (vida toda).

#### (iii) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos e encargos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação.

Os juros dos instrumentos financeiros passivos são capitalizados como parte do imobilizado se esses custos forem diretamente relacionados à um ativo qualificado.

#### b) Contrato de concessão de serviços públicos

O Contrato de Concessão de Serviço Público de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia e estabelecem que:

De acordo com o contrato de concessão, a Companhia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a Companhia possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão.

Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada Receita Anual Permitida (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente, que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão.

## POTIGUAR SUL TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

As receitas relativas à infraestrutura de transmissão são mensuradas da seguinte forma:

(i) Reconhecimento de receita de construção, tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. Toda a margem de construção é recebida durante a obra e variações positivas ou negativas do custo de construção são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento.

(ii) Reconhecimento da receita de operação e manutenção decorrente dos custos incorridos e necessários para cumprir obrigações de performance de operação e manutenção previstas em contrato de concessão, após o término da fase de construção.

(iii) Reconhecimento de receita de remuneração sobre o ativo contratual reconhecido, registra-se também uma receita de remuneração financeira, sob a rubrica “Remuneração do ativo contratual”, utilizando a taxa de desconto definida no início de cada projeto.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber:

(i) Parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à RAP durante o prazo da concessão. Os valores da RAP garantida são determinados pelo ONS conforme contrato e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada.

(ii) Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

As contraprestações são classificadas como um “Ativo de Contrato”.

#### **c) Impairment de ativos não financeiros**

A Administração revisa anualmente os eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas de cada ativo, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado e são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo em exercícios anteriores.

A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para o segmento em que opera o ativo. O valor justo é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

Evidência objetiva de que ativos não financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Indicativos observáveis de redução significativas do valor do ativo;
- Mudanças tecnológicas, de mercado, econômico ou legal na qual a entidade opera o ativo;
- Aumento de taxas de juros praticados no mercado de retorno sobre investimentos afetando a taxa de desconto utilizado pela Companhia;
- O valor contábil do patrimônio líquido da entidade é maior do que o valor de suas ações no mercado;
- Evidência disponível de obsolescência ou de dano físico de um ativo;
- Descontinuidade ou reestruturação da operação à qual um ativo pertence;
- Dados observáveis indicando que o desempenho econômico de um ativo é ou será pior que o esperado.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Companhia avaliou eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor de recuperação. Essa avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, levando-se em consideração variações em taxas de juros e mudanças em condições de mercado, não tendo sido identificados indícios de deterioração dos seus ativos.

**d) Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido (“Tributos sobre o lucro”)**

A Companhia possui como regime de apuração o lucro presumido sendo assim, o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 34% (25% – imposto de renda e 9% – Contribuição social) sobre a receita bruta, após a aplicação da margem de presunção exigidas pela legislação tributária brasileira.

Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para transações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido.

O reconhecimento do tributo diferido é baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos nos prejuízos fiscais apurados. Os tributos diferidos sobre o lucro ativo e passivo são compensados quando existir um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos estiverem relacionados aos tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável.

Os tributos diferidos passivos são integralmente reconhecidos.

**e) Provisões, ativos e passivos contingentes**

As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente como resultado de evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado de forma confiável.

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos. Passivos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados. Já os ativos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for tida como provável.

## POTIGUAR SUL TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

#### f) Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia, podendo ser confiavelmente mensurados. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber líquidas de quaisquer contraprestações variáveis, tais como descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares. Veja nota explicativa 2.5 b).

O resultado financeiro líquido é composto, basicamente, por juros e variações monetárias de aplicações financeiras, encargos de dívida e provisões.

### 3. REAPRESENTAÇÃO DE SALDOS COMPARATIVOS

A Administração da Companhia, após reavaliação de determinados temas e objetivando a melhor apresentação da sua posição patrimonial e do seu desempenho operacional e financeiro, com base nas orientações emanadas pelo “CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro”, procedeu às reclassificações, de forma retrospectiva, do seu fluxo de caixa em 31 de dezembro de 2018, originalmente emitidas em 26 de abril de 2019.

As mudanças efetuadas não alteram o total do patrimônio líquido e o lucro líquido do exercício.

Em consonância com o CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de erros, os ajustes efetuados foram classificados como retificação de erro.

	<u>Ref.</u>	<u>Apresentado</u>	<u>Reclassificações</u>	<u>Reapresentado</u>
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>15.945</b>	-	<b>15.945</b>
Remuneração do ativo contratual	(a)	(27.766)	27.766	-
Outros		4.769	-	4.769
<b>Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais</b>		<b>(22.997)</b>	<b>27.766</b>	<b>4.769</b>
Concessão serviço público (ativo contratual)	(a)	21.648	(27.766)	(6.118)
Outros		(1.333)	-	(1.333)
<b>(Aumento) redução de ativos operacionais</b>		<b>20.315</b>	<b>(27.766)</b>	<b>(7.451)</b>
<b>Aumento (redução) de passivos operacionais</b>		<b>1.773</b>	-	<b>1.773</b>
<b>Caixa oriundo das atividades operacionais</b>		<b>15.036</b>	-	<b>15.036</b>
<b>Geração de caixa em atividades de financiamento</b>		<b>(24.686)</b>	-	<b>(24.686)</b>
<b>Redução no caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>(9.650)</b>	-	<b>(9.650)</b>

Após a adoção do CPC 47 / IFRS 15, a Administração manteve a remuneração do ativo contratual como ajuste para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais, entretanto, considerando que operar e manter a linha de transmissão é parte da operação da Companhia, após reavaliação, a Administração decidiu reclassificar as movimentações do ativo contratual realizadas durante o exercício de 2018, do grupo de ajuste ao lucro para o grupo de variação de ativos operacionais.

### 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Caixa e depósitos bancários à vista	18	66
Fundos de investimento	7.023	11.075
	<b>7.041</b>	<b>11.141</b>

## POTIGUAR SUL TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

Em 31 de dezembro de 2019, caixa e equivalentes de caixa é composto por caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo. São operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

A carteira de aplicações financeiras, em 31 de dezembro de 2019, é constituída, principalmente, por fundos de investimentos exclusivos, compostos por diversos ativos, visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, conforme segue:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
<b>BB Polo 28 FI Renda Fixa</b>		
BB TOP Curto Prazo		
Compromissadas com lastro de títulos públicos	-	11.064
Compromissadas com lastro de títulos públicos	<u>7.023</u>	<u>11</u>
	<u><b>7.023</b></u>	<u><b>11.075</b></u>

## 5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS

	Ref.	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Títulos a receber		<u>2.883</u>	<u>2.086</u>
Terceiros	(a)	2.572	1.871
Partes relacionadas (nota 16)	(a)	311	215
(-) Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa	(b)	(179)	(173)
Total		<u><b>2.704</b></u>	<u><b>1.913</b></u>

### a) Títulos a receber

São contas de fornecimento de energia com os diversos agentes de mercado.

	<u>Saldos vincendos</u>	<u>Vencidos</u>		<u>Total</u>		<u>PPECLD</u>		<u>TOTAL</u>	
		<u>Até 90 dias</u>	<u>Mais de 90 dias</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Distribuidoras	2.668	29	186	2.883	2.086	(179)	(173)	2.704	1.913
Total	<u>2.668</u>	<u>29</u>	<u>186</u>	<u>2.883</u>	<u>2.086</u>	<u>(179)</u>	<u>(173)</u>	<u>2.704</u>	<u>1.913</u>

### b) PPECLD

	<u>PPECLD</u>
<b>Saldos em 1º de Janeiro de 2018</b>	<b>(25)</b>
Adoção inicial CPC 48/IFRS 9	(32)
Adições	<u>(116)</u>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>(173)</b>
Adições	(10)
Reversões	4
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<u><b>(179)</b></u>

## POTIGUAR SUL TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

#### 6. CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO (ATIVO CONTRATUAL)

A tabela a seguir resume a conciliação do impacto do modelo de ativo financeiro (ICPC 01/ IFRIC 12) para o modelo de ativo contratual (CPC 47/ IFRS 15), bem como a movimentação dos saldos referentes aos ativos contratuais da Companhia:

	<u>Ref.</u>	<u>Custo</u>
<b>Saldo do ativo financeiro em 31 de dezembro de 2017 (transferência do ativo financeiro)</b>		271.822
Determinação de taxa fixa no início do projeto do Ativo Contratual versus um modelo de taxa variável no modelo de Ativo Financeiro	(a)	23.306
Estimativa de investimento futuro que afetava a projeção de fluxo de caixa descontado no modelo de Ativo Financeiro	(b)	(55.661)
Alocação de margem na receita de construção e de O&M para 2018, enquanto para 2017 a margem era zero	(c)	47.941
Adoção inicial CPC 47 (impacto no patrimônio líquido)	(d)	<u>15.586</u>
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2018</b>		<b>287.408</b>
Realização do ativo contratual pela parcela da RAP do exercício		(21.648)
Remuneração do ativo contratual		<u>27.766</u>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>		<b>293.526</b>
Realização do ativo contratual pela parcela da RAP do exercício		(22.495)
Remuneração do ativo contratual		<u>28.339</u>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>		<b>299.370</b>
Circulante		23.384
Não circulante		275.986

- (a) Impacto pela alteração da taxa de desconto variável utilizada no modelo do ativo financeiro por uma taxa fixa no modelo de ativo de contrato, conforme determina o parágrafo nº 64 do CPC 47.
- (b) No modelo do ativo financeiro aplicado até 2017 era considerado no cálculo a estimativa de investimento, valores estes que na data da adoção inicial representavam R\$55.661 de redução no valor do ativo financeiro.
- (c) No modelo de cálculo do ativo contratual, a receita de construção e de operação e manutenção (O&M) passou a ser registrada acrescida de margem, aumentando o valor do ativo contratual no montante de R\$47.941 quando comparado com o modelo do ativo financeiro.
- (d) Impacto total na adoção inicial do CPC 47 / IFRS 15 a partir de 1º de janeiro de 2018.

#### 7. FORNECEDORES

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Material e serviços		
Terceiros	9.525	12.989
Partes relacionadas (Nota 16)	79	64
<b>Total</b>	<b>9.604</b>	<b>13.053</b>

#### 8. ENCARGOS SETORIAIS

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico - FNDCT	15	16
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	122	209
Taxa de fiscalização serviço público de energia elétrica – TFSEE	8	8
Ministério de Minas e Energia - MME	12	9
<b>Total</b>	<b>157</b>	<b>242</b>
Circulante	35	33
Não circulante	122	209

## POTIGUAR SUL TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

## 9. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES CORRENTES E DIFERIDOS

Os tributos diferidos passivos, cuja base de cálculo é presumida em 8% para imposto de renda e 12% para contribuição social, foram constituídos sobre o saldo do ativo contratual da Companhia.

	2019		2018	
	Base de cálculo	Tributo diferido	Base de cálculo	Tributo diferido
Diferenças temporárias				
Imposto de renda	(23.950)	(5.988)	(23.482)	(5.871)
Contribuição social	(35.924)	(3.233)	(35.223)	(3.170)
<b>Total</b>		<b>(9.221)</b>		<b>(9.041)</b>

A seguir é apresentada reconciliação da despesa dos tributos sobre a renda divulgados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

	2019		2018	
	IR	CS	IR	CS
Receita da atividade	24.281	24.281	23.768	23.768
Presunção do imposto de renda e contribuição social	8%	12%	8%	12%
Base de cálculo presumida	<b>1.942</b>	<b>2.914</b>	<b>1.901</b>	<b>2.852</b>
Receitas financeiras	1.064	1.064	1.133	1.133
Base de cálculo para imposto de renda e contribuição social	<b>3.006</b>	<b>3.978</b>	<b>3.034</b>	<b>3.985</b>
Alíquota do imposto de renda e contribuição social	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social no exercício	<b>752</b>	<b>359</b>	<b>759</b>	<b>359</b>
Adicional de imposto de renda e contribuição social	(24)	-	(24)	-
IR/CS diferidos - ativo contratual	117	63	122	66
<b>Imposto de renda e contribuição social no resultado</b>	<b>845</b>	<b>422</b>	<b>857</b>	<b>425</b>
Corrente	728	359	735	359
Recolhidos e pagos	393	237	353	239
À pagar	145	94	132	87
Compensados e deduzidos	190	28	250	33
Diferido	117	63	122	66
	<b>845</b>	<b>422</b>	<b>857</b>	<b>425</b>

## 10. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

### 10.1 Imposto de renda e contribuição social a recolher

	2019	2018
Imposto de renda – IR	142	131
Contribuição social sobre o lucro líquido- CSLL	94	87
<b>Imposto de renda e contribuição social a recolher</b>	<b>236</b>	<b>218</b>
Circulante	236	218

### 10.2 Outros tributos a recolher

	2019	2018
Imposto sobre circulação de mercadorias – ICMS	123	-
Programa de integração social – PIS	17	12
Contribuição para o financiamento da seguridade social – COFINS	78	54
Imposto sobre serviços – ISS	-	2.523
Impostos e contribuições retidos na fonte	382	25
	<b>600</b>	<b>2.614</b>
Circulante	600	2.614

## POTIGUAR SUL TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

#### 11. PROVISÕES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

A Companhia é parte em processos judiciais de natureza cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Para constituição das provisões a Companhia considera a opinião dos assessores jurídicos quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais sempre que a perda for avaliada como provável.

O passivo em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caibam mais recursos, ou a sua prescrição.

A movimentação das provisões para contingências está detalhada abaixo:

	Cíveis
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2018</b>	<b>6.627</b>
Constituições	2.842
Baixas/reversão	(29)
Atualização	939
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>10.379</b>
Constituições	6.087
Baixas/reversão	(298)
Atualização	5.501
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>21.669</b>

#### Cíveis

Referem-se à ações de natureza fundiária, que são decorrentes de divergências entre o valor de avaliação da Companhia e o pleiteado pelo proprietário do imóvel ações de natureza indenizatória, movidas por pessoas físicas e jurídicas envolvendo danos materiais cujos valores são atualizados monetariamente pela variação do INPC acrescidos de juros de 1% a.m. O montante de causas cujos assessores jurídicos da Companhia classificam a expectativa de perda como possível é de R\$ 278 (R\$ 244 em 31 de dezembro de 2018), referente à ação indenizatória, à terceiros, por danos causados durante a instalação das redes de transmissão.

A Companhia não é parte de outras ações de natureza trabalhista ou fiscal avaliadas como perda possível.

#### (a) Depósitos judiciais

Correlacionados às provisões e passivos contingentes, a Companhia é exigida por lei a realizar depósitos judiciais para garantir potenciais pagamentos de contingência. Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e registrados no ativo não circulante da Companhia até que aconteça a decisão judicial de resgate destes depósitos por uma das partes envolvidas.

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Cíveis	9.519	8.589
<b>Total</b>	<b>9.519</b>	<b>8.589</b>

#### 12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

##### Capital social

Ao longo do ano de 2019, a acionista controladora aprovou aumento de capital e de reserva de capital no total de R\$ 3.120, tendo sido subscrito e integralizado pela NC Energia S.A., em moeda corrente, o montante de R\$ 30 destinado ao capital social e R\$ 3.090 destinado à reserva de capital, adicionalmente foram feitos resgates totalizando o saldo de R\$ 9.220. Desta forma, o capital social integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 107.036 (R\$ 107.006 em 31 de dezembro de 2018), representado por 232.932.000 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

## POTIGUAR SUL TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

#### Lucro por ação

O cálculo do lucro básico e diluído por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 foi baseado no lucro líquido do exercício e o número médio ponderado de ações ordinárias durante os exercícios apresentados, conforme demonstrado a seguir:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Lucro líquido do exercício	16.486	15.945
Média ponderada das ações emitidas	232.932	232.932
<b>Lucro básico e diluído por ação – R\$</b>	<b><u>0,0708</u></b>	<b><u>0,0685</u></b>

#### Reserva de capital

Refere-se à contribuição feita pelo subscritor da ação que ultrapassa o valor nominal da mesma, desta forma, o valor excedente deve ser considerado como reserva de capital.

#### Reserva legal

Em conformidade com a Lei 6.404/1976, as companhias brasileiras são requeridas ao final de cada exercício a constitui a reserva legal, que é calculada com base em 5% do lucro líquido, limitada a 20% do capital social.

#### Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros é constituída para atender a projeto de investimento da companhia, conforme previsto na legislação.

#### Reserva de lucros a realizar

A reserva de lucros a realizar é constituída como uma destinação dos lucros do exercício com o objetivo de não distribuir dividendos obrigatórios sobre a parcela de lucros ainda não realizada financeiramente pela Companhia.

#### Reserva especial de dividendos não distribuídos

Reserva destinada a registrar parcela de dividendos que deixaram de ser obrigatórios em função da incompatibilidade da distribuição com a situação financeira da companhia, de acordo com o artigo 202 da Lei 6.404/1976.

#### Dividendos

O estatuto social da Companhia determina a remuneração mínima aos acionistas de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária brasileira.

A proposta de remuneração aos acionistas foi calculada da seguinte forma:

<u>Dividendos mínimos - sobre o lucro líquido ajustado</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Lucro líquido do exercício	16.486	15.945
Aplicação inicial do CPC 48 - IFRS 9	-	32
Constituição de reserva legal (5%)	(824)	(1.209)
Lucro líquido ajustado passível de distribuição	<b><u>15.662</u></b>	<b><u>14.768</u></b>
<b><u>Dividendos mínimos obrigatórios (25%)</u></b>	<b><u>3.915</u></b>	<b><u>3.676</u></b>
Dividendos adicionais propostos	6.085	-

##### a) Dividendos adicionais propostos

A movimentação dos saldos de dividendos e juros sobre capital próprio a pagar é como segue:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
<b>Saldos iniciais</b>	<b>20.964</b>	<b>14.230</b>
Dividendos:		
Declarados	3.915	21.014
Pagos no exercício	(13.777)	(14.280)
<b>Saldos finais</b>	<b><u>11.102</u></b>	<b><u>20.964</u></b>

## POTIGUAR SUL TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

O valor dos dividendos acima do mínimo obrigatório estabelecido em lei ou outro instrumento legal, ainda não aprovado em Assembleia Geral, é apresentado e destacado no patrimônio líquido. Esses dividendos excedem o mínimo obrigatório e, portanto, estarão apresentados na conta do patrimônio líquido, denominada “Dividendos adicionais propostos”, até a sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária – AGO.

A Companhia destinou à proposta de distribuição de dividendo adicional, o montante de R\$ 6.085.

### 13. RECEITA LÍQUIDA

A composição da receita líquida por natureza, região geográfica e suas deduções, é conforme quadros a seguir:

	Ref.	2019	2018
Receita de operação e manutenção		4.321	8.273
Remuneração do ativo contratual		28.339	27.766
Ganho/(Perda) na RAP		550	(9.237)
<b>Total receita bruta</b>		<b>33.210</b>	<b>26.802</b>
(-) Deduções da receita bruta	(a)	(1.245)	(1.219)
<b>Total da receita operacional líquida</b>		<b>31.965</b>	<b>25.583</b>

	Região geográfica						2018 Total
	2019						
	Sul	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Total	
Receita de operação e manutenção	686	740	710	578	1.607	4.321	8.273
Remuneração do ativo contratual	4.504	4.851	4.654	3.790	10.540	28.339	27.766
Ganho/(Perda) na RAP	87	94	90	74	205	550	(9.237)
<b>Total da receita bruta</b>	<b>5.277</b>	<b>5.685</b>	<b>5.454</b>	<b>4.442</b>	<b>12.352</b>	<b>33.210</b>	<b>26.802</b>
(-) Deduções da receita bruta	(198)	(213)	(204)	(167)	(463)	(1.245)	(1.219)
<b>Total da receita operacional líquida</b>	<b>5.079</b>	<b>5.472</b>	<b>5.250</b>	<b>4.275</b>	<b>11.889</b>	<b>31.965</b>	<b>25.583</b>

(a) Deduções da receita bruta: as deduções da receita bruta têm a seguinte composição por natureza de gasto:

	2019	2018
<b>Impostos e contribuições</b>		
PIS	(158)	(154)
COFINS	(728)	(713)
<b>Encargos setoriais</b>		
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(261)	(225)
Taxa de fiscalização serviço energia elétrica -TFSEE	(98)	(127)
<b>Total</b>	<b>(1.245)</b>	<b>(1.219)</b>

### 14. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Custo / Despesas	2019			2018
	Custos dos serviços	Despesas gerais e administrativas	Total	Total
Materiais	(5)	-	(5)	(124)
Serviços de terceiros	(3.230)	(336)	(3.566)	(3.032)
Arrendamentos e aluguéis	(58)	-	(58)	(55)
Tributos	(6)	(6)	(12)	-
Multas regulatórias	-	-	-	(38)
Provisões para contingências, líquidas	-	(5.799)	(5.799)	(2.813)
Outras despesas	-	(10)	(10)	(2.352)
<b>Total custos / despesas</b>	<b>(3.299)</b>	<b>(6.151)</b>	<b>(9.450)</b>	<b>(8.414)</b>



## POTIGUAR SUL TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

#### 15. RESULTADO FINANCEIRO

	2019	2018
<b>Receitas financeiras</b>		
Renda de aplicações financeiras	511	729
Juros, comissões e acréscimo moratório de energia	4	23
Atualização de depósitos judiciais	549	381
<b>Total</b>	<b>1.064</b>	<b>1.133</b>
<b>Despesas financeiras</b>		
Atualização provisão para contingências	(5.501)	(939)
Outras despesas financeiras	(319)	(20)
<b>Total</b>	<b>(5.820)</b>	<b>(959)</b>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>(4.756)</b>	<b>174</b>

#### 16. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

COLIGADAS	Ref	Ativo / (Passivo)		Receita / (Despesa)	
		2019	2018	2019	2018
<b>Uso e Conexão do Sistema de Transmissão (CUST) e (CTT)</b>					
COELBA	(a)	68	69	544	580
CELPE	(a)	43	42	346	362
COSERN	(a)	10	11	114	38
ITAPEBI GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.	(a)	2	2	21	21
TERMOPERNAMBUCO S/A	(a)	3	4	40	41
BAGUARI I GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.	(a)	-	1	3	4
NORTE ENERGIA S.A.	(a)	99	-	955	-
ENERGÉTICA ÁGUAS DA PEDRA	(a)	5	3	34	9
GERAÇÃO CÉU AZUL S.A.	(a)	2	-	20	-
CALANGO 6 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(a)	-	-	1	-
SANTANA 1	(a)	-	-	1	1
SANTANA 2	(a)	-	-	1	1
CALANGO 1 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(a)	-	-	1	2
CALANGO 4 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(a)	-	-	1	2
CALANGO 5 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(a)	-	-	1	1
CAETITÉ 1 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(a)	-	-	1	1
CAETITÉ 2 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(a)	-	-	1	1
CALANGO 2 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(a)	-	-	1	2
CALANGO 3 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(a)	-	-	1	2
CAETITÉ 3 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(a)	-	-	1	-
TELES PIRES PARTICIPAÇÕES	(a)	-	32	-	312
COMPANHIA HIDROELÉTRICA TELESPIRES	(a)	28	-	321	-
ELEKTRO REDES	(a)	51	51	423	465
		<b>311</b>	<b>215</b>	<b>2.832</b>	<b>1.845</b>
<b>Serviços administrativos</b>					
COSERN		(12)	-	(79)	-
NEOENERGIA OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO S/A	(b)	(67)	(64)	(785)	(755)
		<b>(79)</b>	<b>(64)</b>	<b>(864)</b>	<b>(755)</b>
<b>Dividendos e JSCP</b>					
NC ENERGIA S/A	(c)	(11.102)	(21.054)	-	-
		<b>(11.102)</b>	<b>(21.054)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>TOTAL</b>		<b>(10.870)</b>	<b>(20.903)</b>	<b>1.968</b>	<b>1.090</b>

(a) Referem-se aos contratos de uso do sistema de transmissão.

(b) Refere-se ao contrato de operação e manutenção.

(c) Refere-se aos dividendos a pagar.

## POTIGUAR SUL TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

#### 16.1 APLICAÇÕES EM FUNDO DE INVESTIMENTO BB POLO 28

O Fundo BB Polo 28 é destinado a Neoenergia e suas partes relacionadas onde tem por objetivo investir em ativos financeiros e/ou modalidades operacionais de renda fixa que busquem acompanhar as variações das taxas de juros praticadas no mercado de depósitos interbancários - CDI, por meio da aplicação de seus recursos em cotas de fundos de investimento e/ou ativos diretamente na carteira do fundo sendo as cotas dos fundos e ativos aderentes à política financeira e de crédito do Grupo Neoenergia.

#### 17. REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 não houve remuneração dos administradores da Companhia.

#### 18. GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

##### a) Considerações gerais e políticas

A gestão dos riscos financeiros da Companhia segue o proposto na Política de Riscos Financeiros, na Política de Risco de Crédito do Grupo Neoenergia, aprovadas pelo Conselho de Administração, além dos demais normativos financeiros.

O monitoramento dos riscos é feito através de uma gestão de controles que tem como objetivo o acompanhamento contínuo das operações contratadas e do cumprimento dos limites de risco aprovados.

##### b. Gestão de capital

A Companhia administra seu capital com o objetivo de salvaguardar a continuidade de seus negócios no longo prazo, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas e buscando manter uma estrutura ótima de capital que reduza seu custo de capital.

Sempre que necessário para adequar sua estrutura de capital, a Administração pode propor a revisão da política de pagamento de dividendos, a devolução de capital aos acionistas, a emissão de novas ações ou ainda a venda de ativos, dentre outras ações de adequação de estrutura de capital.

##### c. Gestão de risco de mercado

###### Risco de taxas de juros e índice de preços

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros ou índices de preço, que impactem o rendimento das aplicações financeiras.

##### d. Gestão de risco de liquidez

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A Gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, desconcentração de vencimentos e diversificação de instrumentos financeiros. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

Havendo sobras de caixa são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com base na política de crédito do Grupo Neoenergia, com o objetivo de preservar a liquidez da Companhia de forma que as aplicações são concentradas em fundos exclusivos para as empresas da Companhia e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos com liquidez diária.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia mantinha um total de aplicações no curto prazo de R\$ 7.023 (R\$ 11.075 em 31 de dezembro de 2018) em fundos exclusivos.

## POTIGUAR SUL TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

A tabela a seguir demonstra o valor total dos fluxos de obrigações monetizáveis, por faixa de vencimento, correspondente ao período remanescente contratual.

	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual total	2020
<b>Passivos financeiros não derivativos</b>			
Fornecedores	9.604	9.604	9.604

#### e. Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se à possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido ao não cumprimento de obrigações e compromissos pelas contrapartes.

##### Risco de crédito de contrapartes comerciais

A principal exposição a crédito é oriunda da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes do não-recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais.

Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume de contas a receber de clientes e realiza diversas ações de cobrança, realizadas em conformidade com a regulamentação regulatória, o que inclui ainda a possibilidade de interrupção do fornecimento.

##### Risco de crédito junto a instituições financeiras

Para operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, a Companhia segue as disposições de sua política de risco de crédito que tem como objetivo a mitigação do risco através da diversificação junto às instituições financeiras e a utilização de instituições financeiras com boa qualidade de crédito.

A seguir demonstramos a exposição total de crédito detida em ativos financeiros pela Companhia. Os montantes estão demonstrados em sua integralidade sem considerar nenhum saldo de provisão de redução para recuperabilidade do ativo.

	2019	2018
<b>Mensurados pelo valor justo por meio do resultado</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	7.041	11.141
<b>Mensurado pelo custo amortizado</b>		
Contas a receber de clientes	2.883	2.086

#### f. Análise de sensibilidade

A análise a seguir estima o valor potencial dos instrumentos em cenários hipotéticos de *stress* dos principais fatores de risco de mercado que impactam cada uma das posições, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

- Cenário Provável: Foram projetados os encargos e rendimentos para o período seguinte, considerando os saldos e as taxas de juros vigentes ao final do período.
- Cenário II: Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 25% nas variáveis de risco associadas.
- Cenário III: Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 50% nas variáveis de risco associadas.

A tabela a seguir demonstra a perda (ganho) devido a variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Indexador	Risco	Taxa no período	Exposição (Saldo/Nacional)	Cenário Provável	Cenário (II)	Cenário (III)
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	4,4%	7.023	309	(77)	(155)

## POTIGUAR SUL TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

#### 19. ESTIMATIVA DO VALOR JUSTO

Para a mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado e de custo amortizado, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalente de caixa, investimentos financeiros, contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores estejam próximos aos seus valores contábeis.

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo deverão ser classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

**Nível 1** - Preços cotados sem ajustes em mercados ativos para instrumentos da Companhia possa ter acesso na data de mensuração;

**Nível 2** – Preços cotados com ou sem ajustes para ativos ou passivos similares com informações, direta ou indiretamente, em mercados ativos, exceto preços cotados incluídos no nível 1;

**Nível 3** – Ativos ou passivos com preços não observáveis no mercado.

O quadro a seguir apresenta os valores contábil e justo dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

	Nível	2019		2018	
		Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
<b>Ativo financeiros (Circulante / Não circulante)</b>					
<b>Mensurado pelo custo amortizado</b>					
Contas a receber de clientes e outros	2	2.704	2.704	1.913	1.913
<b>Mensurados pelo valor justo por meio do resultado</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	2	7.041	7.041	11.141	11.141
<b>Passivo financeiros (Circulante / Não circulante)</b>					
<b>Mensurado pelo custo amortizado</b>					
Fornecedores	2	9.604	9.604	13.053	13.053

Não houve transferências entre o Nível 1 e o Nível 2, ou entre o Nível 2 e o Nível 3 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

#### Métodos e técnicas de avaliação

A Companhia entende que valor justo de contas a receber e fornecedores, por possuir a maior parte dos seus vencimentos no curto prazo, já está refletido em seu valor contábil. Assim como para os títulos e valores mobiliários classificados como mantidos até o vencimento. Nesse caso a Companhia entende que o seu valor justo é similar ao valor contábil registrado, pois estes têm taxas de juros indexadas à curva DI (Depósitos Interfinanceiros) que reflete as variações das condições de mercado.

Os ativos financeiros classificados como mensurados a valor justo estão, em sua maioria, aplicados em fundos exclusivos, dessa forma o valor justo está refletido no valor da cota do fundo.

#### 20. SEGUROS

A Companhia tem a política de manter cobertura de seguros em montante adequado para cobrir possíveis riscos com sinistros, segundo a avaliação da Administração.

## POTIGUAR SUL TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Companhia está demonstrado a seguir:

<u>Riscos</u>	<u>Data da vigência</u>	<u>Importância segurada</u>	<u>Prêmio</u>
Responsabilidade civil geral – operações	30/11/18 a 31/05/20	100.000	35
Risco operacional - subestações e usinas	31/05/19 a 31/05/20	198.597	153

## 21. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o Coronavírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que, somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e, podem gerar impactos relevantes nos valores reconhecidas nas demonstrações financeiras.

Considerando a situação atual da disseminação do surto, entendemos que a nossa projeção de receitas e dos fluxos de caixa operacionais para o ano de 2020 deverá ser revisada. Até o momento, não identificamos nenhum impacto material. Considerando a imprevisibilidade da evolução do surto e dos seus impactos, não é atualmente possível fazer uma estimativa do efeito financeiro do surto nas receitas e fluxos de caixa operacionais estimados.

A Administração segue avaliando, de forma constante, os potenciais impactos do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os eventuais impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras.

---

---

**MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO**

---

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

ANDRÉ AUGUSTO TELLES MOREIRA  
**Presidente**

**Titulares**

LEONARDO PIMENTA GADELHA  
SOLANGE MARIA PINTO RIBEIRO  
ROGÉRIO ASCHERMANN MARTINS

**DIRETORIA EXECUTIVA**

Luis Alessandro Alves  
**Diretor Presidente**

Leonardo Pimenta Gadelha  
**Diretor Financeiro e de Relações com  
Investidores**

Bruno Cavalcanti Coelho  
**Diretor de Gestão de Pessoas**

José Eduardo Pinheiro Santos Tanure  
**Diretor Regulação**

Eduardo Capelastegui Saiz  
**Diretor de Planejamento e Controle**

**SUPERINTENDENTE DE CONTABILIDADE**

Luciana Maximino Maia  
CRC-RJ-091476/0-0

## **DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

O Diretor Presidente e os demais Diretores da **POTIGUAR SUL TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.**, sociedade por ações, de capital fechado, com sede na Praia do Flamengo, 78, 1º andar - parte, Flamengo, Rio de Janeiro/RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.873.542/0001-71, declaram que:

(I) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório da KPMG relativamente às demonstrações financeiras da Companhia, alusivas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019; e

(II) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Companhia, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019.

Rio de Janeiro, 02 de abril de 2020.

Luis Alessandro Alves  
**Diretor Presidente**

Leonardo Pimenta Gadelha  
**Diretor Financeiro e de Relações com Investidores**

Bruno Cavalcanti Coelho  
**Diretor de Gestão de Pessoas**

Eduardo Capelastegui Saiz  
**Diretor de Planejamento e Controle**

José Eduardo Pinheiro Santos Tanure  
**Diretor Regulação**